

22 NOV 1981

Duplo Desafio

O Ministério do Planejamento acabou acuado contra a falta de recursos. De um lado, as empresas públicas excederam os limites de gastos que lhes foram dados para fazerem seus orçamentos. Não é a primeira vez nem será provavelmente a última que a burocracia pratica a desobediência calculada.

O fato é que o Governo está diante de um orçamento conjunto das estatais que ultrapassa em Cr\$ 1 trilhão 500 bilhões as disponibilidades com que conta. Assim sendo, tem de fazer um corte equivalente e recolher a insatisfação da burocracia e dos seus segmentos, ou então voltar a fornecer alimento à inflação. A segunda hipótese significaria punir toda a sociedade brasileira. Um novo impulso na inflação seria uma afronta a todos que foram submetidos aos sacrifícios sem conta dos últimos anos. O corte da pretensão das estatais desagradaaria a menor número e não ofenderia à sociedade, que fez o esforço maior, já que a burocracia se isentou de sacrifícios e ainda pretende manter orçamentos com privilégios inflacionários.

Pelo outro lado, o Governo é fortemente pressionado pelo déficit da Previdência, que o Congresso apontou contra ele ao derrotar o projeto que previa os meios adequados a contrabalançar as perdas elevadas da assistência médica. O déficit de Cr\$ 400 bilhões vem superando todos os cálculos. A primeira rodada do computador, com a aplicação do aumento máximo de 20% do IPI sobre 14 produtos supérfluos, ficou aquém das necessidades. E é a previsão máxima, repelida pelo mercado como asfixiante para o consumo. Em suma, a renda do aumento de imposto para os produtos tidos

como supérfluos é que demonstra ser supérflua para a finalidade que a espera com uma voracidade insaciável.

É grande o desafio: o Governo está entre as estatais e o Congresso, que fecham sobre ele num movimento de pinças. A situação assume especial gravidade porque, no Brasil, o peso dos gastos públicos sobre a inflação é muito grande. O corte teria de ser igualmente grande e o descontentamento não seria menor.

Por mais que tenha sido adiado o problema, a verdade é que o Brasil precisa definir suas prioridades para ser o que pretende. Não há economia que se sustente em expansão se for submetida a taxas inflacionárias elevadas. É impossível também ir e vir na luta contra a inflação. A margem de recessão entre nós já excede os limites e dura além da capacidade natural de suportar restrições.

A sociedade em que queremos viver, o regime que preferimos, os padrões de consumo e as condições de trabalho reivindicadas são aspirações sociais, econômicas e políticas que precisam desfrutar de liberdades. A burocracia estatal não tem representatividade política para decidir em nome da sociedade. Também não exprime o Estado, da qual é servidora e não proprietária.

É este o momento em que a sociedade tem de exigir a compatibilização de suas aspirações com as possibilidades nacionais. Chega de inflação e chega também de estatização. Quem sabe quais são as prioridades que atendem a seus legítimos interesses nacionais é a sociedade, não a burocracia.